

## EDITORIAL

Segundo fontes oficiais e jornalísticas, durante o primeiro trimestre de 2026, no Brasil houve um recorde histórico de violências de gênero. A quantidade de feminicídios nesse período é considerada a mais letal desde 2015, ano em que se iniciaram os registros. O país também lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas dissidentes. Somam-se a isso o aumento da discriminação racial, dos abusos sexuais, do trabalho análogo à escravidão, dos assédios psicológicos, da xenofobia. E a multiplicação desses exercícios de poder tende a intensificar-se.

Entretanto, tais técnicas não são exclusividade do Brasil; elas se alastram por toda a extensão continental. Em vista disso, a *Revista Tapuia* defende uma perspectiva interseccional, contracolonial, antipatriarcal, solidária e de resistência. Refere-se, não apenas a um instrumental metodológico, mas de um posicionamento ético para sinalizar, por meio dos textos contidos neste volume, como é possível lutar contra o inimigo imediato – seja ele o patriarcado, o governo do Estado, o capital neoliberal, o autoritarismo e a colonialidade das condutas.

Sendo assim, como ponto de partida, adotamos a designação *Abya Yala*<sup>1</sup> – que significa *terra madura, viva ou em florescimento* – em vez de *América Latina* para nos afastarmos de seu legado colonial, racista e hierarquizante. *América* foi uma homenagem a Américo Vespúcio, colonizador a serviço da Espanha e Portugal, o principal responsável por divulgar a ideia de que se tratava de um *novo mundo* e não da Ásia, continente desconhecido pelos europeus, logo disponível para ser usurpado. A terminologia *latina* carrega uma herança excludente inicialmente fundada na classificação racial da Espanha do século XV, ressignificada para *raça latina* no século

---

<sup>1</sup> Termo procedente da etnia Kuna que começou a ser utilizado como referência de descolonização na II Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas (Quito, 2004), posteriormente ratificou-se durante a constituição da Coordenação Continental com o objetivo de lutar contra o neoliberalismo e pela emancipação definitiva da mãe terra (Guatemala, 2007).

XIX por franceses e elites locais, a fim de justificar a dominação e eliminar negros e indígenas: o termo imposto ignorou quem aqui habitava e que tinham suas nomeações específicas. A colonialidade é parte constitutiva da modernidade, não um acidente, pois a espoliação sangrenta (povos, terras, recursos naturais, etc.) desta vasta extensão e o tráfico de escravizados trazidos da África Ocidental foram os que permitiram à Europa tornar-se o centro do mundo moderno. Mesmo após as independências, esse modelo não findou. Basta ver como, desde o final do século XIX, a palavra *América*, na autoavaliação estadunidense, é sinônimo de modernidade, racionalidade instrumental, trabalho produtivo e democracia. Nessa mesma linha de raciocínio *América Latina* é qualificada como seu duplo negativo: atraso, irracionalidade, preguiça e instabilidade política.

O nome *Abya Yala* inversamente de *América Latina*, afirma uma postura de descolonização por carregar vozes guerreiras e ultrapassar padrões de pensamento eurocêntrico: é retomar cada povo as suas formas de se autônomoar e existir, rompendo com rótulos universalizantes. Essa denominação permite desconstruir a visão colonialista multidimensional que hoje se entrecruza com extermínios de gênero, racismo estrutural, exploração do trabalho, eliminação de culturas, xenofobia, neoliberalismo e o avanço dos discursos de extrema-direita sustentados pela moralidade conservadora/reacionária.

Quando refletimos sobre as abordagens da filosofia e das ciências sociais na contemporaneidade, nota-se que as concepções desenvolvidas ainda giram em torno de rígidas definições como contrato, soberania, direitos, representação, igualdade. Porém, ao analisar as contestações na região, verifica-se, com frequência, que essas *erupções* não se encaixam em padrões pré-estabelecidos, sendo inviável forjá-las conceitualmente. O caso das mulheres indígenas, negras, camponesas, pobres, pessoas dissidentes, violentadxs e exploradxs é uma situação evidente desse conflito.

O fio condutor desta edição versa sobre as ações de resistência e o apoio mútuo de mulheres e pessoas dissidentes em *Abya Yala*. Longe de ser uma eventualidade nas lutas políticas ou uma resposta imediatista, apoiar-se mutuamente constitui a expressão de um vínculo relacional que desafia os fundamentos individualistas e desponta

enquanto (re)existência, porque articula corpos, terras, memórias e insurreições, construindo vivências enraizadas na realidade cotidiana. O artigo *Corpo-território e apoio mútuo: práticas de (re)existência no movimento de mulheres* Olga Benario de Giovanna Nutti articula as epistemologias do Sul e feminismos decoloniais, salientando redes de cooperação entre mulheres que transformam a jornada diária em potência comunitária.

No capitalismo neoliberal e nas instituições estatais, o exercício sistemático de extinguir corpos e terras é uma característica imperativa. Por esse motivo, o entrecruzamento de solidariedades emerge como condição de sobrevivência e de confronto às recorrentes investidas. Para as mulheres e pessoas dissidentes desta parte do planeta, resistir é, antes de tudo, recusar essa lógica destrutiva para não se tornarem apenas seres reconhecíveis conforme os critérios do Estado e do mercado. No ensaio intitulado *Tempos femininos: práticas de cuidado, reparação e memória das mulheres em Abya Yala* escrito por Regina Barbosa Ramos, a autora assinala como atividades têxteis foram também insurgências durante as ditaduras chilena e argentina, apresentando inclusive uma crítica à temporalidade patriarcal e ao terrorismo de Estado.

O atual sistema colonial classificou as pessoas de acordo com as hierarquias raciais e econômicas, além de tentar impor um modelo específico de compreensão da diferença sexual, buscando devastar as formas locais de organização social baseadas em complementaridade, dualismo ou fluidez de gênero. Com a chegada do feminismo liberal na década de 1970, projetou-se, por aqui, um modelo ideal de mulher: alfabetizada, urbana e necessariamente inserida no mercado de trabalho formal. Esse modelo, contudo, mostra-se compatível com o sujeito universal ancorado no homem branco, heterossexual, bem-sucedido e líder político.

Não obstante, Maria Ismênia Leite de Sousa em *História e memórias de mulheres negras nordestinas: atravessamentos, resistência e educação formal* nos alerta que, ao contrário dessa idealização feminina, muitas mulheres oriundas de um Brasil profundo precisam transpor difíceis obstáculos para alcançar a formação acadêmica, sobretudo se são negras. A essa segregação racial, acrescentam-se entraves econômicos, estigmatização sociocultural e de gênero.

Em decorrência, as *gentes* que não se enquadram — ou nunca se enquadraram — na categoria do feminismo liberal e aquelas que experimentam outras cosmologias, são sistematicamente descartadas ou cooptadas por técnicas de captura. Os feminismos em *Abya Yala* rompem com a dicotomia ocidental entre humano e natureza. Assim, há uma inseparabilidade entre corporalidade e espacialidade: o espaço é o corpo ampliado, uma superfície de intensidades em constante devir. Nesse sentido, os corpos femininos e de grupos dissidentes constituem a primeira barreira de amparo a *espaços outros*: acontecimentos reais e concretos situados à margem e distanciados da ordem social dominante. Trata-se de irrupções com as quais a chamada *normalidade* é suspensa, transgredida ou rearranjada.

Exemplo disso é o texto *Escritoras à margem, uni-vos! Uma carta-convite às mulheres escreviventes de toda améfrica* redigido por Aline Regina Cardozo de Brito que descoloniza o pensamento ao trabalhar o conceito corpo-território, pois a autora não separa sua escrita de sua ancestralidade, de sua proveniência no Morro do Timbau e dos becos da Maré: ela vive o que escreve. Ressalta, ainda, a interligação entre as mulheres como experiência de resistir e existir, seja no *aquilombamento* das escritas, na troca de papéis de carta entre as meninas ou no intercâmbio de inspirações.

Do mesmo modo, a resenha *Palavras que ecoam do coração da terra*, elaborada por Priscila Fazio Rabelo – do livro *Um mundo onde caibam muitos mundos: educação descolonizadora e revolução zapatista* de Ana Paula Morel (2023) – destaca o papel das zapatistas em assembleias, no trabalho colaborativo e no estímulo da educação autônoma, em oposição aos programas assistencialistas. Mostra simultaneamente que uma educação libertária e autogestionada tem como tema primordial o elo com o cosmos, os seres espirituais e a Terra. Já Ana Luiza Rocha do Valle no ensaio *Balaio de Memórias* entrelaça vozes tal como a trama dos balaio e, com seu relato, rasga categorias eurocêntricas centrando-se na memória, na oralidade e no cuidado recíproco. Cuidado esse que vai desde os escambos, passando pela criação das crianças e da economia familiar.

Resistir, portanto, é rejeitar os regimes de governo e as verdades que engendram corpos fragmentados, isolados e exploráveis. Ou melhor, corpos fixados a uma

territorialidade decretada pelo Estado e pelo capital. Em contrapartida, emerge a afirmação de diferentes contornos de subjetividades, em que corpo e lugar não se distinguem como âmbitos separados. É a revolta contra as verdades instituídas que determinam identidades e fronteiras entre o *eu* e o exterior, abrindo-se brechas para éticas-estéticas que escapam às condutas predominantes. Sob esse ângulo, Adriana Martinez, em *Veredas migratórias sul-sul uma cartografia combativa de mulheres e pessoas dissidentes*, traça algumas trajetórias das migrações regionais com base numa perspectiva decolonial, interseccional e comprometida com as práticas de apoio mútuo. A atualização da noção de fronteira encontra-se ao descortinar como esse dispositivo de poder é plausível de ser enfrentado, caso se conte com forças coexistentes.

O apoio mútuo se compreende quando o corpo não é aceito como um invólucro individual, e sim como *nós* em uma malha de relações. Acolher o corpo de outra mulher ou singularidades dissidentes é também considerar o entorno enquanto modo de vida. Constitui-se, então, uma autonomia que não é um atributo secundário nem individualista, mas o saber decidir conjuntamente sobre os rumos das correlações partilhadas. Por isso, as lentes da desigualdade nos moldes do feminismo liberal são incompatíveis com a condição de existência em que a autonomia coletiva é basilar. Uma autonomia que prescinde da mediação exclusiva do Estado ou de organizações intermediárias.